

---

---

## RESPOSTA DA PPSA

---

---

PARA: ALEX HASHIMURA – SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

CNPJ sob o Nº 28.363.384/0001-26

Rio de Janeiro, 15 de outubro de 2018

Prezados Senhores,

1. Acusamos o recebimento do requerimento administrativo interposto por V. Sas. ao certame identificado em epígrafe às 15:48 (HH:MM) do dia 10/10/2018, e, pela presente, apresentamos a nossa resposta, segundo o que adiante se expõe.
2. Inicialmente, esclarecemos que o objetivo do Requerimento é a solicitação de reposição de prazo do Credenciamento IL.PPSA.104/2018, com nova publicação do edital, em virtude da ampliação interpretativa quanto a determinados termos do edital.
3. A ampliação interpretativa é decorrente de impugnação administrativa que solicitou que a comprovação de capacidade técnica dos escritórios de advocacia, interessados em se credenciar no Credenciamento IL.PPSA.104/2018, pudesse ser feita com base em atestados emitidos em nome de advogados associados ao escritório interessado, além de seus advogados sócios.
4. Tal ampliação interpretativa foi aceita pela PPSA, no intuito de se evitar que determinado entendimento interpretativo pudesse restringir de forma irrazoável a participação de interessados.
5. Buscando cumprir com o princípio da publicidade, a PPSA procedeu com a divulgação do referido entendimento por meio de aviso incluído no sítio eletrônico da PPSA, onde também foi divulgado do Edital.
6. Agora, o Requerente insatisfeito aduz que a publicidade realizada não é suficiente para garantir a ampla divulgação em virtude de alteração do edital, e, portanto, solicita que: *“essa Comissão se digne a promover a republicação do edital, com a devida reposição de seu prazo de divulgação. Em decorrência disso, deverá ser remarcada a data de abertura das propostas, por meio de notificação a ser amplamente divulgada para alcance de todos os eventuais interessados.”*



7. É o breve relatório. Seguem às considerações jurídicas.

8. Nos termos do artigo 1º da Lei nº 12.304/2010, a PPSA é uma sociedade anônima, vinculada ao Ministério de Minas e Energia ("MME"), com prazo de duração indeterminado. A integralidade de seu capital social pertence à União, o que a caracteriza como empresa estatal pública submetida ao regime jurídico próprio das empresas privadas (artigo 3º da Lei nº 12.304/2010), inclusive no que respeita aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributárias. A Lei nº 13.303/2016 dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive no que tange às regras e procedimentos que deverão ser observadas pelas empresas públicas em suas licitações e contratações.

9. Importa destacar também que a PPSA tem por objeto a gestão dos Contratos de Partilha da Produção e de comercialização de Petróleo e Gás Natural da União (caput do artigo 2º da Lei nº 12.304/2010). Ademais, incumbe à estatal representar a União nos procedimentos de Individualização da Produção e nos acordos deles decorrentes, quando as jazidas compartilhadas se estendam para áreas não contratadas no interior do polígono do pré-sal, conforme dispõe o caput do artigo 36 da Lei nº 12.351/2010 c/c o inciso IV do artigo 4º da Lei nº 12.304/2010 e o inciso IV do artigo 2º da Lei nº 12.858/2013.

10. Assim, é inegável que o objeto social da PPSA é formado por grande complexidade técnica, que também é traduzida em grau semelhante às questões jurídicas enfrentadas pela PPSA no exercício de seu objeto.

11. Em quanto hipótese de inviabilidade de competição, o credenciamento é o ato pelo qual o interessado obtém a inscrição de seu nome no referido cadastro, desde que atendidos requisitos básicos. Portanto, todo interessado que preencher os requisitos mínimos fixados pela Administração será credenciado.

12. A orientação interpretativa acerca dos termos do edital quanto possibilidade de utilização de atestados em nome de advogado associado à sociedade de advogados interessada em participar do Credenciamento IL.PPSA.104/2018 para fins de comprovação de capacidade técnica frente aos critérios de habilitação e qualificação não é equivalente à modificação do edital, nos termos do parágrafo único do artigo 39 da Lei nº 13.303/2016.

13. Destacamos, inclusive, que o artigo 39 excetua a necessidade de nova abertura de prazo mesmo para efetivas modificações do instrumento convocatório quando estas não afetarem a preparação das propostas. Alinha-se a este destaque o fato de que, ao contrário



da Lei nº 8.666/1993 a que se refere o Requerente, a Lei nº 13.303/2016 não impõe o caráter inquestionável como parâmetro qualificador dos efeitos das modificações promovidas para caracterizar a presença da exceção legalmente estabelecida.

14. De todo modo, em cumprimento do princípio da publicidade, todos os questionamentos e pedidos de esclarecimentos e suas respostas correspondentes, inclusive no sentido interpretativo das disposições do edital foram, e são devidamente divulgadas por meio de aviso incluído no sítio eletrônico da PPSA, o mesmo canal de divulgação do Edital.

15. Em que pese à aplicação da Lei nº 8.666/1993 ao procedimento de contratação no âmbito das empresas estatais, atemo-nos, por ora, a fazer referência aos ensinamentos do ilustre doutrinador Marçal Justen Filho quanto ao regime jurídico das empresas estatais:

*“Ainda assim, a disciplina da Lei 13.303/2016 foi altamente influenciada pela Lei 8.666 e pela jurisprudência do TCU. O grande desafio reside em interpretar e aplicar os dispositivos segundo um principiologia autônoma. Não é cabível reputar que, não obstante a edição da Lei 13.303/2016, a disciplina da Lei 8.666 continua a ser aplicável.*

**Não é cabível estabelecer um postulado geral de que a Lei 8.666 aplica-se subsidiariamente em face da disciplina da Lei 13.303/2016. Existem diferenças muito relevantes entre as finalidades de ambos os diplomas e em vista da característica das contratações promovidas nas diversas órbitas.**

**Justamente por isso, a Lei 13.303/2016 deixou de disciplinar certas situações para remeter a solução para o caso concreto, instituindo uma margem de autonomia para o gestor da empresa estatal.**” (Estatuto jurídico das empresas estatais: Lei 13.303/2016 / Marçal Justen Filho, organizador. -- São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016, pags. 316 a 320 – grifo nosso).

16. Ademais, a interpretação adotada foi no sentido de ampliar os critérios estabelecidos no edital, para impedir que fossem inabilitados os interessados que



apresentassem atestados em nome de pessoa física vinculada à sociedade de advogados interessada no credenciamento, seja por meio de relação societária ou associativa. Lembramos que, em qualquer caso, a relação deve ser comprovada mediante apresentação de documento próprio devidamente registrado no órgão competente.

17. Portanto, vislumbrou-se, naquela ocasião, a possibilidade de que eventual formalidade excessiva pudesse restringir a participação no Credenciamento IL.PPSA.104/2018. Não se trata de hipótese em que o edital restringisse, inicialmente, a comprovação mediante apresentação de atestados exclusivamente em nome da pessoa jurídica, e tivesse passado agora a aceitar aqueles emitidos em favor de pessoas físicas.

18. Sempre se aventou a possibilidade do fornecimento de atestados emitidos em nome de pessoas físicas, desde que vinculadas à sociedade de advogados. Houve somente uma orientação interpretativa quanto à aceitação relativa ao tipo de vínculo da pessoa física com a pessoa jurídica. Uma impugnação como a apresentada anteriormente ou um simples pedido de esclarecimento levariam a mesma conclusão, uma vez que, como dito anteriormente, o que foi feito foi simplesmente aclarar a interpretação dada ao dispositivo.

19. Da mesma forma, formalidade excessiva é empregada ao se querer enquadrar, de toda maneira, a ampliação interpretativa adotada como uma efetiva modificação do edital.

20. Por fim, devemos ponderar o caráter *sui generis* do procedimento de credenciamento no qual, diferentemente dos tipos mais comuns de procedimentos de contratação, a participação do interessado não é evidenciada por meio da apresentação de “proposta” propriamente dita, a ser formulada com formação de preço e/ou indicação dos critérios técnicos a serem empregados na prestação do serviço.

21. No credenciamento, a participação do interessado ocorre, exclusivamente, com a entrega da documentação necessária a comprovar atendimento aos requisitos mínimos exigidos para a prestação dos serviços. Por sua vez, tais requisitos mínimos foram estabelecidos no intuito de garantir que os credenciados detenham condições técnicas de atender às demandas próprias e específicas da PPSA, ponderadas com base na complexidade particular ao mercado em que esta empresa estatal está inserida.

22. Como já indicado, não há competitividade no credenciamento porquanto todos que forem aptos, com base nos requisitos estabelecidos pelo gestor da empresa estatal, serão credenciados. Não por outro motivo o credenciamento se configura como hipótese de inexigibilidade de licitação.

23. Em conclusão e com base nas ponderações acima, entendemos pelo conhecimento do Requerimento para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se inalterada a data limite para o recebimento da documentação digital referente ao Credenciamento IL.PPSA.104/2018.

Rio de Janeiro, 11 de outubro de 2018

Atenciosamente,

  
Leandro Leme Júnior

Diretor de Administração, Controle e Finanças

